

RESPOSTA AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME E AO E-MAIL ENCAMINHADO PELA EMPRESA TECFLEX COM. SERV. ELETROELETRONICOS LTDA.

No dia 02 de setembro de 2015, às 09:20h, foi protocolizado pela empresa ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME no Setor de Protocolo desta Universidade o RECURSO ADMINISTRATIVO frente ao resultado do Pregão Presencial 0902/2015, para o REGISTRO DE PREÇOS para **AQUISIÇÃO DE MOTOBOMBAS PARA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DA UDESC**, onde, seguindo os trâmites dispostos no edital em epígrafe, passamos a nos posicionar, conforme determinação do art. 4 da Lei 10.520/02.

Cumpre salientar que posteriormente, chegou ao conhecimento deste pregoeiro, que na data de 02/09/2015, às 15:13, a empresa TECFLEX COM. SERV. ELETROELETRONICOS LTDA encaminhou e-mail para o Gabinete do Reitor (fls. 135-138), com texto no corpo da mensagem com pretensão interposição de Recurso Administrativo, tendo como signatários a Sra. Seila Regina Sperine Anselmo e o Sr. Raphael Anselmo.

DA ADMISSIBILIDADE DOS RECURSOS

Inicialmente, cabe apreciar o requisito de admissibilidade dos recursos, ou seja, se este foi interposto dentro do prazo e condições estabelecidos para tal.

Dessa forma, o subitem 11.2 do Edital da licitação em questão dispõe: *"Ao final da sessão, o licitante que desejar interpor recurso contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados a apresentar contrarrazões em igual período, contado a partir do término do prazo do recorrente ou da entrega do recurso por parte desta, sendo-lhes assegurado vista dos autos."*

No caso da admissibilidade do recurso da empresa ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME, considerando que a sessão ocorreu no dia 28/08/2015 e a recorrente interpôs o recurso no Protocolo da UDESC em 02/09/2015, considera-se este tempestivo, atendendo aos pressupostos de aceitabilidade disposto em edital, bem como na Lei 10.520/2012 em seu art. 4º, inciso XVIII.

No entanto, na análise da admissibilidade do recurso encaminhado por e-mail pela empresa TECFLEX COM. SERV. ELETROELETRONICOS LTDA, deve-se analisar o que prevê o item 11.1.2 do edital:

11.1.2 Será admitido o encaminhamento de impugnação ou recurso administrativo por meio de fac-símile ou e-mail, por intermédio de petição escrita dirigida à autoridade superior, sendo obrigatório o protocolo do documento original dentro do prazo legal. (grifo nosso)

Ainda o previsto no item 11.3:

11.3 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Como se observa, necessário o protocolo do documento original dentro do prazo legal, sendo que nem mesmo até a presente data (11/09/2015) a empresa se dignou a protocolá-lo. Aliás, foi o representante dessa mesma empresa que chegou atrasado à abertura da sessão – fato que foi desconsiderado para fins de credenciamento -, que apresentou declaração (art. 27, inciso V da Lei 8666/93) que deveria constar no envelope de habilitação junto aos documentos de credenciamento (fls. 94) e que, desconhecendo totalmente as regras editalícias, insistiu – de maneira inclusive desrespeitosa – para que o pregoeiro aceitasse a cotação do item incorreto de sua proposta (o que não era possível, visto que a aquisição se dava por lote). Parece faltar à licitante o conhecimento mínimo das condições editalícias e da legislação vigente, a fim de participar de um processo licitatório.

Diante disso, não se pode conhecer do recurso encaminhado. No entanto, por questão de conveniência, frisa-se que as razões que serão posteriormente expostas para rejeitar os argumentos trazidos pela empresa ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME, serviriam **plenamente** para contrargumentar as teses trazidas no e-mail, visto que o motivo para interposição do recurso é o mesmo: desclassificação de proposta devido à cotação de motobomba com potência inferior à requisitada pela Administração.

DAS FORMALIDADES LEGAIS

Registra-se que, cumprindo as formalidades legais, foram todos os demais licitantes cientificados da existência e trâmite do recurso administrativo interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao processo de licitação (fls. 139), que dispôs do prazo máximo de três dias úteis, contados da data do recebimento da comunicação, para contrarrazoá-lo.

Não foram recebidas contrarrazões ao recurso apresentado.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso interposto contra decisão deste pregoeiro, que desclassificou a proposta da empresa recorrente.

A sessão pública foi aberta às 14h do dia 28/08/2015 na sala 144 da ESAG/UDESC. Apresentaram propostas as empresas VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELLI – EEP; TECFLEX COM. SERV. ELETROELETRONICOS LTDA; e ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME. Todas as empresas tinham representantes presentes na sessão.

Os envelopes das empresas foram entregues tempestivamente e seus representantes foram devidamente credenciados. Após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, decidiu-se por desclassificar as propostas das empresas TECFLEX COM. SERV. ELETROELETRONICOS LTDA e ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME, em apartada síntese, pelos seguintes motivos:

- a) No caso da empresa TECFLEX COM. SERV. ELETROELETRONICOS LTDA, pelo fato da empresa ter cotado as motobombas do item 2 com potência de “3/4CV” (fls. 105), valor inferior aos “2CV” requisitados pela UDESC;
- b) No caso da empresa ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME, pelo fato da empresa ter cotado as motobombas do item 1 e 2 com potência de “1CV” (fls. 107), valor inferior aos “2CV” requisitados pela UDESC;

Restando somente a proposta da empresa VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELLI – EEP e estando esta de acordo com as características técnicas requisitadas e com o valor máximo estabelecido pela UDESC (fls. 103), abriu-se o envelope de habilitação da empresa e, averiguando-se que todos os documentos estavam de acordo com as condições editalícias e legislação vigente, declarou-se a empresa vencedora.

Os demais licitantes apresentaram intenção de interposição de recurso em virtude da desclassificação de suas propostas, sendo que dentro do prazo estabelecido para apresentação deste, somente a empresa ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME efetuou tal interposição respeitando às cláusulas editalícias, resumidamente, pelos seguintes motivos:

- a) As motobombas cotadas para os itens 1 e 2, ainda que com potência inferior àquela requisitada pela UDESC, frente ao demais parâmetros estabelecidos - e utilizando-se de fórmulas não presentes em edital – atenderia plenamente às necessidades da instituição, gerando inclusive uma diminuição no consumo de energia de tais aparelhos;

Requer ao final a “reabertura dos lotes fracassados”, reconsiderando-se a desclassificação pelo não atendimento da especificação técnica.

MÉRITO

Em que pese os argumentos trazidos pela recorrente, o recurso em questão não pode prosperar.

Prevê o item 7.1.5 do edital do Pregão Presencial 0902/2015:

7.1.5 – A proposta deve ser apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo III deste pregão, com base nas especificações do Anexo I, verificando-se o disposto no item 7.1. (grifo nosso)

Consta ainda no item 7.1.7:

7.1.7 Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital. (grifo nosso)

E no item 8.4.1:

8.4.1 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação.

O Anexo II do Edital (fls. 25) deixa bastante clara a especificação técnica:

Item 1: Motobomba para Estação Elevatória com regime de trabalho submerso, 2,0cv, 380v, trifásico, com capacidade de 25m³/h de vazão, para esgoto com transporte de sólido igual ou superior a 50mm.
Item 2: Motobomba para Recalque de cisterna, com 2.0cv de potencia, trifásico, que possibilite recalque a 17 metros de altura com tubulação de 32mm.

A simples análise da proposta apresentada pela recorrente (motobomba com potência de “1CV”) frente a especificação requisitada pela Administração e às cláusulas editalícias anteriormente citadas, mostra a imprescindibilidade da desclassificação de tal oferta.

Ora, ainda que a recorrente apresente cálculos e fórmulas técnicas – que diga-se de passagem, são desconhecidas deste pregoeiro e não constavam nos autos – comprovando que para os demais parâmetros, uma motobomba de menor potência atenderia às necessidades da UDESC, trazendo inclusive diminuição no consumo de energia, objetivamente o fundamento não pode prosperar pelo seguintes motivos:

- a) Seja por uma real necessidade técnica, por uma análise de conveniência ou padronização, fato é que o Responsável Técnico julgou prudente requisitar as motobombas com potência de “2CV”. O recorrente menciona em seus cálculos a adoção de uma “folga de 10%”, por questões de “segurança”. De onde vem esse percentual? O que é conveniente para um indivíduo, pode não ser para outro. Justamente por este motivo é que a Administração tem

o dever de expor objetivamente as especificações técnicas do objeto que deseja adquirir, cabendo ao licitante trazer sua proposta de preços de acordo com o que foi requisitado. **Eventuais questionamentos quanto a essa questão poderiam ter sido fruto de impugnação do edital, mas nunca de uma nova análise durante a sessão ou em sede de recurso administrativo;**

- b) Eventual reconsideração das especificações técnicas, seja durante a sessão, seja na análise do recurso administrativo, acabaria por ir de encontro a um dos princípios basilares do processo licitatório: o da isonomia entre os licitantes em todo o processo. Diversos foram os interessados cadastrados no Portal de Compras (cerca de 25), mas somente 3 compareceram à sessão. Questiona-se: será que se a Administração tivesse requisitado motobombas de "1CV" outros desses interessados não teriam comparecido à sessão? O fato é que não foi o caso e, qualquer tomada de decisão diferente da que foi adotada, poderia prejudicar outros interessados.
- c) Ainda dentro da análise do princípio da isonomia entre os licitantes, há de se considerar o ponto de vista da empresa vencedora: como prejudicar justamente o licitante que cotou os itens exatamente dentro daquilo que foi requisitado pela Administração? Eventual aceitação de motobombas com potência inferior àquela apresentada no edital, não só prejudicaria a Administração em si – que não teria sua demanda devidamente atendida – como faria com que a empresa vencedora – e a única que cotou os itens corretamente – tivesse que disputar lances com produtos tecnicamente inferiores e, conseqüentemente, de menor valor de mercado. Tal situação mostra-se absurda.

Não bastasse isso, cabe salientar que a própria recorrente fez questionamentos (Esclarecimento 02 – fls. 67), devidamente respondidos pela UDESC e que afastavam qualquer possibilidade de dúvida na cotação dos itens:

1. QUESTIONAMENTO:

"Item 01: Potencia pede 2,0cv, atendendo a vazão e passagem de sólidos ela pode ser menor a potencia por exemplo 1,0 cv?"

Altura de recalque : Altura manométrica Total , vocês não tem para informar? Assim fica muito aberta essa especificação.

Rendimento Hidráulico: ? "

RESPOSTA:

Referente ao item 2.1 - Moto bomba com trabalho em regime submerso - O objeto do certame qualifica em 2,0 CV o motor. Com capacidade de transporte de sólido igual ou superior a 50 mm. Trifásica - 380v capacidade 25m³/h vazão. 5 mca. (grifo nosso)

Como se observa, o questionamento foi direto: a recorrente perguntou se a potência da bomba poderia ser menor daquela requisitada. Obteve como resposta: "(...) O objeto do certame

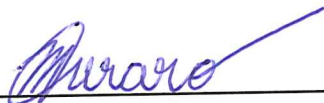
qualifica em 2.0 CV o motor (...)" . Em nenhum momento utilizou-se os termos "até 2CV" ou "menor que 2CV". A resposta foi simples, direta e inquestionável quanto às possibilidades de interpretação.

DISPOSITIVO

Diante do exposto e salvo melhor juízo do Magnífico Reitor, julgo IMPROCEDENTE as razões recursais apresentadas, mantendo a decisão da desclassificação da proposta de preços da recorrente.

Encaminho os autos ao gabinete do Magnífico Reitor para manifestação.

Florianópolis, 11 de setembro de 2015.



Rafael Muraro
Pregoeiro



Mário César Machado
Responsável Técnico

DECISÃO

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: RECURSO ADMINISTRATIVO

REFERÊNCIA: EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 0902/2015

RAZÕES: DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOTOBOMBAS PARA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DA UDESC

RECORRENTE: ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME

RECORRIDO: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - UDESC

De acordo com o **parágrafo 4º do artigo 109 da lei 8.666/93**, e com base na análise efetuada pelo pregoeiro, **RATIFICO** a decisão proferida e **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **ELETRONANDO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME**, referente ao edital PP 0902/2015.

Florianópolis, 17 de Setembro de 2015.

Antonio Heronaldo de Sousa
Reitor


Luciano Emilio Hack
Pró-Reitor de Ensino
Matr 286534-3

Reitor em Exercício
Portaria 1207/15